

# **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DOS ANOS DE 1960 E SUAS IMPLICAÇÕES NA UNIVERSIDADE RURAL DO BRASIL / UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**Celia Regina Otranto – UFRRJ**

Eixo Temático nº 1 – Políticas Educacionais e Movimentos Sociais

A pesquisa teve por objetivo investigar a implantação das políticas educacionais na Universidade Rural do Brasil (URB) e os movimentos sociais internos dela decorrentes, no período de 1963 a 1969. O espaço de tempo demarca a aprovação de dois Estatutos da Universidade: o Estatuto da URB, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 10 de janeiro de 1963 e o Estatuto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – atual denominação da Instituição – em 10 de outubro de 1969. As principais fontes de análise foram as atas do Conselho Universitário (CONSU) e os “Documentos Confidenciais”, de 1967 a 1969, além de artigos de jornais da época.

## **INTRODUÇÃO**

A instituição foco desta pesquisa, no início da década de 1960, era denominada Universidade Rural (UR), designação esta que lhe foi atribuída em 1943, pelo Decreto-Lei nº 6.155, que a instituiu, e mantida pelo Decreto nº 16.787, de 11 de outubro de 1944, que o sucedeu. Ocupava, desde 1948, o *campus* especialmente construído para abrigá-la, no Km 47 da antiga Estrada Rio-São Paulo. Subordinava-se ao Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA), órgão do Ministério da Agricultura. A desvinculação do CNEPA se deu em 1º de agosto de 1960, através do Decreto nº 48.644. Este mesmo dispositivo legal nomeou-a Universidade Rural do Rio de Janeiro. Em 11 de outubro de 1962, a Lei Delegada nº 9 atribuiu à Instituição a denominação desejada pela maior parte da comunidade universitária da época: Universidade Rural do Brasil (URB) (art. 39), no entanto, manteve-a, juntamente com a Universidade Rural de Pernambuco, subordinada ao Ministério da Agricultura (art. 5º, parágrafo único). A nova designação, porém, só foi plenamente assumida a partir da aprovação do Estatuto da Universidade Rural do Brasil, em 1963 (Decreto nº 1.984).

## **A UNIVERSIDADE RURAL DO BRASIL E O PERÍODO PRÉ-MILITAR**

O ano de 1963 e o início de 1964 foram destinados à adaptação gradativa da Instituição ao novo Estatuto e, conseqüentemente, ao novo sistema autárquico. Os antigos funcionários permaneceram no “quadro ordinário”, os novos, já eram integrados ao “quadro autárquico ou extraordinário”. Ficaram garantidos os estágios dos alunos das duas principais Escolas — Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária — que eram desenvolvidos em vários estados brasileiros, financiados pelo Ministério da Agricultura (URB. Ata da Reunião do CONSU de 15/2/1963).

A Universidade vivia, na época, uma situação ambígua, uma vez que se encontrava vinculada administrativamente ao Ministério da Agricultura e, pedagogicamente, ao Ministério da Educação. Isto ocasionou alguns impasses, indicando que a Instituição que se encontrava atrelada ao primeiro desde a sua criação, como Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, em 1910, iniciava a sua caminhada definitiva em relação ao segundo. Tudo isso acontecia no final do ano de 1963, quando a sociedade brasileira vivia um período de grande efervescência política. A agitação no meio estudantil era visível em todo país. Na URB isso ficou mais evidenciado na Ata da Reunião do CONSU, de 10 de outubro de 1963.

Os estudantes solicitaram ao Reitor que autorizasse uma reunião no interior da Universidade. Seria, segundo eles, uma Reunião Nacional com o objetivo de discutir a Reforma Universitária. O Reitor autorizou o evento, o que foi alvo de críticas por parte de alguns Conselheiros. Foi informado por eles, inclusive, que esta reunião era do Conselho Extraordinário da UNE. O Reitor decidiu, mesmo sabendo agora a proporção do evento, manter a palavra dada. Os Conselheiros, apreensivos, enviaram aos estudantes uma solicitação para que eles “somente discutissem assuntos relacionados ao ensino, e não ao estado político-social do país”, o que obviamente não aconteceu, trazendo sérias repercussões para a Universidade após a concretização do golpe militar.

## **O INÍCIO DO PERÍODO MILITAR**

A primeira reunião do CONSU, após o golpe militar de 1964, ocorreu em 6 de abril daquele ano. A crise política e suas repercussões na Universidade foram os principais assuntos tratados. O Reitor — Ydézio Luiz Vianna — iniciou-a relatando aos demais

membros do Conselho que, na madrugada de 1º de abril, houve uma reunião na residência oficial da Reitoria. Informou que na ocasião “incentivou os alunos à calma e à disciplina para o bom andamento das atividades e da ordem na Universidade”. Em seguida passou a fazer uma apreciação das notícias publicadas nos jornais *O Dia* e *O Globo*. No primeiro jornal, o reitor é acusado de “ter armado 75 alunos, para movimentos subversivos” (*O Dia*, 5/4/1964). A reportagem do jornal *O Globo* acrescentou outros dados:

(...) tropas do Exército, atendendo à denúncia do médico Milton Cavalcanti, professor da Escola Nacional de Agronomia, procederam a uma completa vistoria no estabelecimento, no Km 47 da Rodovia Presidente Dutra, apreendendo grande quantidade de material subversivo e algumas metralhadoras. Está implicado o reitor [Ydézio Vianna], que teria apoiado a greve geral deflagrada no dia 1º, por cerca de 70 estudantes, chefiados pelo professor Benedito Drumont (*O Globo*, 5/4/1964).

Após a leitura dos jornais, o Reitor informou que realmente foram encontradas, nas dependências sanitárias dos alojamentos dos alunos, material subversivo e duas pistolas de ar comprimido. Esclareceu que designou uma Comissão para apurar os fatos, logo que o material e as armas foram localizados, mas que, no dia seguinte (4/4/1964), uma equipe de Oficiais do Exército esteve na Universidade “para proceder uma rigorosa revista nos alojamentos, na Prefeitura, na Divisão de Divulgação e Informação e na Biblioteca” (URB. Ata da Reunião do CONSU de 6/4/1964).

Durante a Reunião, “o Reitor recebeu a visita de Oficiais do Exército solicitando fitas magnéticas referentes às reuniões do Conselho Universitário e Assembléias Universitárias” (Ibid.). O prof. Ydézio, então, colocou-se à disposição do CONSU dizendo que “o Conselho deveria tomar uma atitude e não permitir que o Exército atuasse livremente na URB” (Ibid.). Na ocasião o CONSU ficou dividido. Alguns Conselheiros concordaram com o Reitor, enquanto outros consideraram que ele é que deveria se pronunciar e não o Conselho. Os que faziam parte deste segundo grupo afirmaram que o Exército deveria ser bem recebido dentro da URB e que não viam a sua presença no interior da Universidade “como uma mácula” (Ibid.). Também ocorreram algumas falas favoráveis à manifestação dos estudantes e outras radicalmente contrárias. A ata terminou com o registro de que o Conselho Universitário solicitou ao Reitor que facilitasse o trabalho do Exército no interior da URB.

O breve relato da primeira e única ata do CONSU do ano de 1964, após o golpe militar, permitiu a constatação de que a URB entrava no novo período político brasileiro, muito dividida. As opiniões divergentes aconteciam não só nos Conselhos Superiores da Instituição, como também entre os demais professores e estudantes. Alguns docentes defendiam as manifestações dos alunos e outros as denunciavam às autoridades militares. Parte dos discentes estava em greve desde o dia 1º de abril e outros continuavam comparecendo regularmente às aulas como se nada tivesse acontecido. A autonomia universitária foi desrespeitada no momento em que oficiais do Exército exigiram que se gravassem todas as reuniões do Conselho Universitário e das Assembléias Universitárias e que as fitas contendo as gravações fossem entregues aos militares. Instalou-se no interior da Universidade um período de medo e silêncio que impediu a anotação das discussões ocorridas nos principais Conselhos da Universidade (quando ocorriam) e até mesmo a menção aos assuntos tratados.

O livro de atas do CONSU, no qual estava registrada a reunião de 6 de abril de 1964, foi encerrado. Outro livro localizado acusa como primeira reunião a ocorrida em 26 de fevereiro de 1965, portanto quase um ano depois. Nessa lacuna de tempo não há registro, na Sala dos Órgãos Colegiados da Universidade, das reuniões ocorridas. Até mesmo no livro encontrado, que deveria registrar as atas do ano de 1965, só estão anotados a data e o horário das reuniões. No local onde deveriam ser descritos os assuntos tratados, existe, invariavelmente, a mesma transcrição “Não tendo havido tempo para a lavratura da ata da sessão anterior, são colhidas neste local as assinaturas dos Senhores Conselheiros presentes”. Algumas apresentam, de forma lacônica, o registro de um assunto, como, por exemplo, nas atas de 26/2/1965 e 12/3/1965, onde está escrito: “Assunto: Distribuição dos Alojamentos”, ou, ainda, “Complementação do estudo dos Regimentos das Escolas” (URB. Atas das Reuniões do CONSU de 28 e 30/3/1965). Além da menção a um único ponto de pauta, em algumas delas, nenhuma outra linha referente a comentários ou decisões tomadas são transcritas nas atas do CONSU do ano de 1965, quando era Reitor o professor Paulo Dacorso Filho.

Neste período, a Universidade sofreu forte repressão política. O antigo Reitor, Ydézio Vianna, foi “cassado”, assim como vários outros professores. Os Diretórios Acadêmicos dos alunos de agronomia e veterinária foram fechados. Havia um total controle do que era falado ou escrito, no interior da Instituição. Tudo era recolhido e

revisado pelos militares e talvez por isso não tenham sido localizadas muitas atas do CONSU<sup>1</sup>.

No ano de 1966, durante todo o mês de abril, a principal preocupação do CONSU foi a adaptação do Estatuto da Universidade ao Estatuto do Magistério Superior, disposto na Lei nº 4.881-A, de 6 de novembro de 1965, que instituiu o regime jurídico do pessoal docente de nível superior (URB. Atas das Reuniões do CONSU de 1/4 e 25/4/1966).

Ainda no ano de 1966, na reunião do CONSU de 11/5/1966, foi divulgada a informação de que o Ministério da Agricultura (MINAGRI) havia liberado o financiamento para a viagem de estudos dos alunos do 4º ano da Escola de Agronomia (tradicional na Escola), com a única exigência de que o Conselho Federal de Educação aprovasse os currículos da área agrônômica. Isso acabou ocasionando a aprovação de uma moção, enviada ao Ministro da Educação, solicitando a inclusão de um representante do ensino agrônômico e veterinário no Conselho Federal de Educação. Era a URB, mais uma vez, reagindo, quando se via obrigada a seguir as diretrizes, às vezes conflitantes, dos dois órgãos governamentais.

Em 10/2/1967, o assunto que mereceu maior destaque foi a representação da Associação de Docentes da Universidade Rural do Brasil (ADURB) no Conselho Universitário. O professor Roberto Meirelles de Miranda, antigo representante da Associação de Diplomados da Universidade Rural do Brasil, e agora representante da ADURB, pressentindo o perigo da exclusão da Associação, sugeriu que se mantivesse a sua permanência nas Reuniões do CONSU, porém sem direito a voto. No entanto, o representante da Congregação da Escola Nacional de Veterinária, prof. Heitor Alves Barreira, considerou que a representação da ADURB no Conselho não era legal, uma vez que a mesma não havia sido registrada e, portanto, não tinha existência jurídica. Diante dos argumentos do professor Barreira, a ADURB foi excluída do Conselho Universitário. Na mesma ocasião foi remetida a cópia do Estatuto da Associação para a sua regulamentação jurídica (Proc. UR 1.038/67. Of. s/nº de 20/1/1967, da ADURB) (URB. Ata da Reunião do CONSU de 10/2/1967). A Associação dos Docentes da Universidade Rural do Brasil ainda foi ponto de pauta na reunião de 9/3/1967, ocasião em que o professor Aurélio Augusto Rocha, diretor da Escola Nacional de Agronomia, colocou-se contrário à Associação ter sua sede em prédio próprio da Universidade.

---

<sup>1</sup> Informações obtidas do prof. Fausto Aita Gai, através de depoimento, em 5/2/2002.

Também os estudantes foram excluídos das reuniões do Conselho Universitário. O Decreto-Lei nº 228, de 28/2/1967, no seu artigo 20, extinguiu “os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado”. Em estrita obediência ao Decreto, a Reitoria liberou um Ofício (Ofício nº 121, de 13/2/1967), no qual solicitou a entrega das chaves das salas ocupadas pelo Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil (DCEAB) e pelo Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia (DAENA), que funcionavam no interior da Universidade, afastando-os de suas sedes e do CONSU.

Contudo, o principal assunto de que trataram as reuniões no início de 1967 foi a transferência da URB do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação.

### **A UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO: NOVA DENOMINAÇÃO E VINCULAÇÃO MINISTERIAL**

Em março de 1967, assumiu a Presidência da República do Brasil o general Arthur da Costa e Silva, que substituiu o primeiro presidente militar após o golpe de 1964, general Humberto de Alencar Castelo Branco. Logo após a posse, no mesmo mês, Costa e Silva promoveu duas reuniões em Brasília (27 e 28/3) com o objetivo de discutir a transferência das Universidades Agrícolas para o MEC. Os Ministros da Agricultura e da Educação propuseram uma Comissão constituída pelos professores Dr. Paulo Dacorso Filho, Reitor da URB; Dr. Ernst Poetsch, Reitor da Universidade Rural do Sul; Dr. Durval Pacheco, Assessor do Ministro da Agricultura; Dr. Walter Saur, Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, Dr. Abeilard Fernando de Castro, Diretor da Escola de Pós-Graduação da URB e Dr. Guilherme Canedo, representante do MEC, para estabelecer as normas de transferência (URB. Ata da Reunião do CONSU de 27/3/1967). Em 19 de maio de 1967, o Decreto nº 60.731 transferiu para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura. Além disso, o mesmo dispositivo legal estabeleceu nova denominação para as universidades transferidas. É o que dispõe o artigo 2º desse decreto: “As Universidades Rurais do Sul, do Brasil e de Pernambuco passam a denominar-se, respectivamente, Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)”.

Com o novo vínculo administrativo, o Conselho Universitário da UFRRJ apressou-se em aprovar o seu Estatuto e submetê-lo ao Conselho Federal de Educação. A aprovação se deu na reunião de 23 de agosto de 1967. Durante as discussões houve uma reação à mudança do nome da Instituição e a proposta de que ela continuasse sendo denominada de Universidade Rural do Brasil. O próprio Plano de Reestruturação da Universidade apresentou a sugestão de que ela assumisse a denominação de Universidade Federal da Baixada Fluminense, outros Conselheiros sugeriram Universidade Federal Rural de Itaguaí. Entretanto, levando em consideração o Decreto nº 60.731/67 e com o argumento de que o nome da Instituição já havia sido trocado no MEC e, ainda, que UFRRJ era mais coerente com as outras denominações das demais instituições incluídas no Decreto, prevaleceu o nome instituído legalmente (UFRRJ. Ata da Reunião do CONSU de 23/8/1967). Nessa mesma reunião procedeu-se à leitura e à aprovação de cada artigo do Estatuto.

No entanto, as preocupações da UFRRJ na época não se limitavam às aprovações estatutárias. O país vivia uma época de forte repressão política e todos aqueles que ousassem discordar do regime militar e de alguma forma expressassem essa discordância eram considerados agitadores e subversivos e, portanto, altamente perigosos. Essas pessoas — professores, funcionários ou alunos — passavam a ser espionados e perseguidos dentro e fora da instituição. Os indivíduos não tinham autonomia de ação e, conseqüentemente, a universidade também não era autônoma em suas decisões. Se seus dirigentes obedecessem e aceitassem as regras do jogo eram mantidos nos cargos. Se não, eram afastados e perseguidos. Muitos foram demitidos e expulsos da Instituição. Aqueles que permaneceram, simplesmente obedeciam, acreditando que dessa forma estariam preservando a Universidade e a si mesmos.

Tudo isso pôde ser constatado pela leitura de vários “documentos confidenciais”. Nesses documentos pôde-se confirmar, por exemplo, que o Departamento de Segurança e Informação (DSI) do MEC, cujo diretor, na época, era Waldemar Raul Turola, divulgava informações ao Reitor da Universidade sobre professores, funcionários e alunos. Foram localizados memorandos e ofícios confidenciais atestando, por exemplo, que nada constava naquele órgão que desabonasse a conduta de alguns professores da UFRRJ (Mem. nº 92/DSI/MEC, de 27/3/1968). O mesmo órgão comunicava a detenção de estudantes, com informações detalhadas sobre cada um deles (Of. Conf. nº 57/SEP/DSI/MEC, de 26/8/1968), além de informar à Universidade tudo o que acontecia no movimento estudantil. Foram localizados documentos divulgando como este movimento estava

estruturado (Encaminhamento nº 313/SET/DSI/MEC, de 9/10/1968), como e onde ocorriam as reuniões, quem estava presente e o que foi falado (Encaminhamento nº 402/SEP/DSI/MEC, de 8/11/1968). Estes últimos denunciavam também vários padres e freiras, com detalhes sobre a participação dos mesmos no movimento. Além disso, havia os *Pedidos de Busca* contra todo aquele que fosse considerado subversivo pelos órgãos de informação do governo. Como exemplo pode-se citar o Pedido de Busca nº 64/DSI/MEC/68, de 22 de fevereiro de 1968 que tem por assunto “Subversão na UFRRJ”, que denuncia a distribuição, na Universidade, da revista mensal “Luta Ideológica” e solicita providências do reitor.

Quaisquer atitudes consideradas “suspeitas”, tais como: viagens de professores ao exterior, grupos de pesquisa que congregassem três ou mais professores, grupos de estudos de alunos, etc., gerava um *Pedido de Busca*. Todas as pessoas mencionadas nos documentos eram imediatamente fichadas, espionadas e perseguidas politicamente.

Os ânimos exaltados, o medo, e a certeza da vigilância constante, acabaram ocasionando um incidente desagradável em 3 de abril de 1968, que poderia ter tido conseqüências mais sérias do que aquelas que realmente ocorreram. O fato, relatado em vários jornais da época, dizia respeito a armas e explosivos encontrados no *campus* da Universidade. O Reitor imediatamente enviou nota aos jornais desmentindo o acontecimento. No entanto, a versão dos militares era bem diferente e justificava a invasão do campus.

Por volta das 19 horas, o tenente Moreira Pinto, em trajes civis — roupa esporte — e utilizando seu carro particular, um Gordini, foi à Universidade Rural observar se havia infiltração de elementos estranhos à classe. Contava com a colaboração de militares subalternos do Batalhão de Munições, ao qual também pertence, e de outros informantes. Momentos após se ter reunido aos universitários, no bar e no salão de jogos, foi reconhecido como Oficial do Exército por um estudante, que logo o apontou como espião e preparador de uma invasão na universidade. O tenente foi cercado e seguro pelos braços. Os demais militares presentes, em trajes civis igualmente, não foram identificados e nem se deram a conhecer. O carro, estacionado próximo ao bar, situado perto da entrada principal da universidade ficou sob a guarda dos estudantes (*O Globo*, 6/4/1968).

Os informantes militares disseram, ainda, aos jornalistas, que o tenente manteve-se calmo, confirmando que era um Oficial em “missão de observação” e afirmando que estava no local “não como um inimigo”, mas para verificar a existência de infiltração alheia ao meio estudantil. Asseveraram, também, que neste momento duas correntes se firmaram entre os estudantes: uma querendo interrogar e agredir o tenente e outra desejando preservar sua integridade física e moral. A pendência foi resolvida com a chegada do “chefe de disciplina” que iniciou “uma parlamentação com os alunos, chegando-se à solução de soltar o tenente, (...) que partiu em veículo da Reitoria para o Batalhão , onde foi entregue horas depois o seu carro” (Ibid.).

Em relação aos estudantes, foi acrescentado que eles estavam assustados com “notícias que davam conta de um cerco, seguido de tomada e depredação das instalações da universidade e até massacre dos alunos por tropas militares” (Ibid.). Segundo fontes militares isso era consequência de “uma campanha para intranqüilizar os estudantes”, e não passava de boatos. No dia seguinte os ânimos estavam acalmados, mas ainda havia o episódio das armas encontradas no interior da UFRRJ e as diferentes versões para o fato. Indagado por repórteres do jornal *O Globo*, o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Homem de Carvalho, informou não ter detalhes sobre a apreensão das armas (Ibid.). Entretanto, no meio dos documentos considerados COFIDENCIAIS, há um da Prefeitura Universitária da UFRRJ, cujo título é *Termo de Entrega*, que apresenta a explicação da Universidade para o fato.

#### TERMO DE ENTREGA

Às 22 horas do dia 3 de abril de 1968, alunos desta Universidade trouxeram a esta Prefeitura duas metralhadoras portáteis, INA, modelo N. 923 – EX. números 20.070 e 19.565, com as Armas da República gravadas. Por esses alunos foi dito que essas armas estavam no interior de um automóvel, donde foram retiradas pelo professor Heitor Barreira; disseram mais, que o referido professor e o Chefe da Prefeitura Universitária foram acompanhar de volta o portador das referidas armas, tendo, entretanto, as esquecido, razão pela qual eles, alunos, as vieram colocar sob boa guarda, para que não se percam ou danifiquem bens pertencentes à Nação (UFRRJ/Prefeitura Universitária, 3/4/1968).

O documento foi assinado pelos professores Hercílio Vater Faria, Aurélio Rocha e Celso Monnerat Araújo e pelos Guardas de Vigilância da UFRRJ, Eli Izidoro de Oliveira Fraga e Eliseu Antunes Nogueira. Por essa fonte documental, pode-se depreender que as armas encontradas no interior da Universidade eram dos militares que ali estavam em “missão de observação”. “Observavam”, portanto, muito bem armados de metralhadoras no interior do *campus* universitário. Infiltraram-se no meio dos alunos que, ao reconhecerem um deles, não o deixou voltar para o carro onde estavam as armas. Resta aqui uma pergunta: O que poderia ter acontecido se os militares tivessem chegado ao veículo no qual se encontravam as metralhadoras? Estas e outras perguntas nunca foram respondidas, pois o medo tomava conta de muitas pessoas no interior da Universidade, principalmente os membros do Conselho Universitário, que fazendo de conta que nada diferente estava acontecendo, continuavam trabalhando nas normas legais da Instituição.

O novo Estatuto da UFRRJ recebeu sua redação final em maio de 1969, incluindo as adaptações exigidas pela Lei nº 5.540/68. Foi aprovado em 10 de outubro de 1969, pelo Parecer nº 770 do CFE, mas somente foi homologado e publicado no Diário Oficial da União, em 23 de maio de 1970.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto pode-se afirmar que durante os anos de 1960, a autonomia universitária foi ameaçada e até mesmo desafiada. No momento em que a autonomia administrativa e didática sofreu sério retrocesso, só restou à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro alguma autonomia financeira, no que diz respeito à administração de seu patrimônio e dos recursos a ela destinados pelo poder público. No entanto, isso acabou se tornando inócuo, à medida que os recursos foram se tornando cada vez mais escassos e menos condizentes com as reais necessidades da Universidade. Quando a Instituição foi transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, teve seu orçamento reduzido em até 50%. Enquanto no primeiro era a instituição de educação superior mais importante, no segundo passou a ser somente mais uma, e uma das menores, o que ocasionou problemas financeiros com sérias repercussões. Por outro lado, foi nesta década que se tornou Universidade Rural do Brasil, referência no ensino agrônômico brasileiro, consolidou-se como universidade ao se adaptar às diretrizes do Ministério da Educação e da Reforma Universitária de 1968 e aprendeu a lutar pelos seus ideais. Tudo isso nos permite atestar que a década de 1960 foi, sem dúvida, uma das mais decisivas, para o perfil político da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.